



INTERSECÇÃO ENTRE DIVERSIDADE SEXUAL, MOVIMENTO LGBT E EDUCAÇÃO

Christopher Smith Bignardi Neves¹
Jamil Cabral Sierra²

Resumo: Este trabalho pretende, com base nos Estudos de Gênero, nos estudos sobre sexualidade e nas teorizações foucaultianas, problematizar a constituição de movimentos LGBT dentro da esfera universitária. Para tanto, tomo como objeto de análise o Coletivo Leque, grupo LGBT criado na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral que, desde 2010, vem se constituindo como grupo de militância LGBT na universidade. A partir das ações desenvolvidas pelo grupo, esse trabalho faz, num primeiro momento, uma discussão sobre a noção de sexualidade, tendo em perspectiva que sexo-sexualidade-homossexualidade são criações sócio-históricas recentes (e que precisam ser trabalhadas de modo interdisciplinar, bem como proposto pelo PPP da instituição em questão).

Palavras-chave: Diversidade Sexual. Movimento LGBT. Educação.

1 INTRODUÇÃO: SEXUALIDADE E GÊNERO

Para o início deste estudo, faz-se necessário dizer que seu objetivo principal é analisar as formas pelas quais a Universidade vem promovendo ações de combate ao preconceito e promoção das políticas de gênero e/ou orientação sexual. A Universidade, atualmente, tem se preocupado em problematizar as questões de gênero e sexualidade, bem como desenvolvido práticas de questionamento da “normalização” do sexo.

A sexualidade não permite definir-se, assim como também não podemos padronizá-la, erro comum conferido constantemente pela sociedade que dita a sexualidade como normal ou anormal. Assim, Kamel (2008) esboça que a sexualidade seja um acatado de conhecimentos, práticas, anseios, vivências correlatas ao ato sexual

¹ Pedagogo Coordenador na Prefeitura Municipal de Paranaguá, graduando de Ciências Sociais pelo IFPR – campus Paranaguá. Graduado em Pedagogia na UEPR. Duplamente especialista em Gestão Escolar pelo Isulpar e em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, pela UFPR-Litoral. smithbig@hotmail.com

² Graduado em Letras Português-Inglês, especialista em Linguística Aplicada pela UNIOESTE, mestre em Letras pela UEM. Atualmente, professor assistente no Setor Litoral da UFPR. Doutorando em Educação na UFPR jamilsierra@ufpr.br

experimentados ao longo da vida do ser humano. A sexualidade é pautada pelos acontecimentos históricos, sociais, culturais, científicos, entre outros, que a constroem na vida do presente (FOUCAULT, 1988; GREEN, 1999; TREVISAN, 2000). Sua construção como ciência baseia-se nos conceitos antropológicos, históricos, econômicos, sociais, biológicos, psicológicos e principalmente médicos (BRASIL, 1998). Deste modo, a sexualidade é uma dimensão da vida do sujeito que a vivencia por meio de seus desejos, desde sua infância até sua morte, aderindo a diversas formas de experiências sexuais e prazeres corporais. Assim, a sexualidade também exerce um papel de expressão cultural, expressão esta proferida pela sociedade que dita regras e normas a serem adotadas pelos indivíduos.

Todas essas transformações afetam, sem dúvida, as formas de se viver e de se construir identidades de gênero e sexuais. Na verdade, tais transformações constituem novas formas de existência para todos, mesmo para aqueles que, aparentemente, não as experimentam de modo direto. Elas permitem novas soluções para as indagações que sugerem e, obviamente, provocam novas e desafiadoras perguntas. Talvez seja possível, contudo, traçar alguns pontos comuns para sustentação das respostas. O primeiro deles remete-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. O segundo ao fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. (LOURO, 2000, p. 05).

É Martins *apud* Gomes (2008) que nos atenta para o fato de que nos meados do século XVIII ocorreu a diferenciação dos sexos, pois surge à necessidade médico-jurídica de definir/especificar o sexo de cada indivíduo.

Judith Butler traz nos escritos de Gomes (2008) que nem gênero e nem sexo são naturais, e sim culturais e discursivos, em que o sexo do indivíduo é firmado por regras da sociedade que reafirmam constantemente (e por diversos meios) os corpos dos sujeitos.

Gomes (2008, p. 64) diz que gênero é a expressão da:

[...] construção cultural sobre a organização social da relação entre os sexos, traduzida por dispositivos e ações materiais e simbólicos, físicos e mentais. Gênero refere-se a papéis socialmente construídos e a definição e expectativas [...] para o ser homem e ser mulher.

Com base nos estudos de Tilio e de Weeks, Gomes (2008) formulou o pensamento de que nas esferas de gênero a posição que a pessoa adota socialmente (sendo feminina ou masculina) constrói o gênero da mesma, com destaque para as escolhas dos parceiros sexuais.

Ora, é sabido que homossexualidade é conhecida e aceita pela ciência, porém a justiça ainda encontra empecilhos nas legislações, o que ocasiona na não garantia de direitos civis e jurídicos.

2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO HOMOSSEXUAL

Enfatiza-se que o conceito de homossexual é histórico e socialmente construído, até porque a própria noção de sexualidade é relativamente moderna. Foucault (1988) nos diz que a palavra sexo englobou durante muito tempo anatomia, biologia, condutas, sensações e prazeres de modo simplista. Diante disso, houve a necessidade das definições de termos. Nunan (2003, p 25), aponta que “[...] *sexo, sexualidade, heterossexual e homossexual* não existem independentemente da linguagem que os criou.” (p. 25). Em suma, o que se denomina de homossexual é fruto de ficção médica e literária. Trevisan (2000) tem preferência por determinar de homossexual a relação que se estabelece entre as pessoas e não o indivíduo em si, pois assim a pejoração do *viado* carregou de estigma os mais efeminados, dando assim visibilidade à homossexualidade.

Faz-se pertinente o uso das palavras de Louro (2001) que diz que “a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XX”. Dinis & Cavalcanti (2008) apresentam uma curiosidade, mostram que a palavra heterossexual só surgiu em 1892, ou seja, aproximadamente vinte anos depois da constituição do termo homossexual. Quanto ao surgimento do personagem homossexual, Foucault (1988) relata que “Essa nova caça as sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificações dos indivíduos”. Complementa Sierra (2004) que:

E é justamente no momento em que passam a ser coisa, um tipo passível de tratamento, que as sexualidades periféricas, como a homossexualidade, por exemplo, passam a compor um campo extremamente útil do saber, o que aproxima, sobremaneira, as relações de poder com o sexo e inscreve, no corpo de mulheres e homens, as marcas de comportamentos ligados à “perversidade”, à loucura, à monstrosidade e sedimenta nestes prazeres polimorfos a idéia de que são, todos eles, doenças do instinto sexual: anormalidades. E, assim, se infiltrando na estranheza destas práticas, o poder joga com o prazer na produção de técnicas de gerenciamento do corpo e de nosso sexo. É deste jogo que são produzidas as sutilizações de um poder que, através do prazer em exercer o controle, o questionamento, a fiscalização, a vigília se deixa inebriar pelo gozo que condena e persegue e, por isso, estimula-o a manifestar-se, a espetacularizar-se a todo tempo. (2004, p. 96).

Surge a figura clínica do *homossexual*, termo lançado originalmente em 1869, na Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny. Desde então, amplamente utilizado pela ciência, inclusive no Brasil.

Nunan (2003) diz que “[...] a identidade de um indivíduo está em permanente construção” [e] “designa tudo aquilo que o sujeito experimenta e descreve como sendo ou fazendo parte do *self* [...]”³ (p. 120). Isso “[...] não é objeto em-si, mas é construído socialmente, através de um acúmulo de experiências e crenças [...]” (p. 120). Assim como Trevisan (2000), Nunan (2003) reconhece que a homossexualidade em si não é

³ Segundo Vallandro (2002, p. 430), *self* significa “o conhecimento do próprio eu”.

uma escolha, a escolha porém é tornar-se gay, ou seja, adotar a identidade gay. Sair do armário (*Coming out of the closet*) é desafiar o discurso sexual hegemônico. A autora ainda relata que a angústia proveniente do sujeito homossexual, não deriva da descoberta, mas sim da rejeição que sofre/sofrerá.

Trevisan (2000) complementa que o conceito de identidade homossexual no Brasil é anterior a década de 1940, pois a partir destes idos começou-se a colocar em segundo plano a dicotomia entre ativo-passivo, bicha-bofe. Enquanto a díade bicha-bofe era predominante na classe operária/popular, na classe média/alta o conceito era de identidade gay.

3 A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Nunan (2003) vê como é importante conhecermos os prazeres, os espaços sociais, os espaços de lutas políticas e as subculturas de homossexuais. Green (1999) divide cronologicamente os fatos históricos de homossexuais nesta fase contemporânea, que são: 1898-1914, 1920-1945, 1945-1968, 1969-1980 e 1980-2002.

A luta pela promoção dos direitos homossexuais data do século XIX (na Europa), mas em 1924, nos Estados Unidos, o movimento retorna às ações por meio de organizações políticas e sociais que visavam melhorar as condições de vida dos gays e lésbicas, trabalhavam de forma discreta, o que perdurou até 1960. Então, no final de 1960, decidiram mudar a terminologia de movimento homossexual para movimento gay, pois a antiga denominação estava carregada de estigmas. Vejamos a observação de Green:

Para muitos, o termo “gay” não carregava uma conotação pejorativa. Para outros, tinha um significado chique e internacional. Além disso, o movimento internacional tornara-se um ponto de referência no fim dos anos 80 para todas as organizações, conforme os sentimentos nacionalistas e antiimperialistas perdiam a força. (1999, p. 446-447).

Green (1999) relata que no primeiro período, a cidade do Rio de Janeiro (que vivia o que ele denomina de *belle époque*) já possuía o primeiro gueto gay do país e, ao redor deste gueto, todo um comércio voltado para homossexuais. Parker *apud* Nunan (2003) aponta que já existia desde esta virada de século uma subcultura homossexual.

No segundo período, segundo Green (1999), os homossexuais já tinham acesso a inúmeros locais de socialização, desde bares e cafés a hotéis para transas oportunas. Ele também registra que desde esta época havia homossexuais que sobreviviam da prostituição ou de empregos mal remunerados, foi então que surgiu os primeiros escritos sobre homossexuais (estes escritos seguiam a mesma linha de pensamento que

corria na Europa), feitos por médicos, criminologistas e juristas, colocando os homossexuais em dois níveis, a saber, os “homens verdadeiros” (ativos, penetradores) e as bichas (passivos, penetrados).

No terceiro período, de 1945 a 1968, ocorreu a construção do papel de gênero e a Revolução Sexual, ocasionando também os questionamento entre homens verdadeiros e bichas. Surge a Turma OK, que iniciou atividades no fim da década de 50 e atuou toda década de 60. A Turma OK reunia-se semanalmente para ouvir música e conversar (NUNAN, 1999). Em 1963, surge O Snob, um jornal que era distribuído informalmente e de modo gratuito (existindo até o ano de 1969, num total de 99 números), após este surgiu até 1969 mais de 30 publicações do gênero.

Para Green (1999), o quarto período ficou caracterizado pela grande violência devido à ditadura militar. Neste período, surgiu a identidade gay e o movimento pelos direitos homossexuais (a construção da identidade gay começou em 1950, fortaleceu-se na década de 60, mas somente estabeleceu-se em 70). Nunan (2003) aponta que o movimento gay internacional, que fomentava “[...]a auto-afirmação como meio de suprir a discriminação[...]” (p. 49) repercutiu com maior velocidade chegando ao Brasil – porém este movimento firmou-se na década de 90.

Surge em 1978 o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, o primeiro grupo organizado que lutava pelos direitos dos homossexuais (TREVISAN, 2000; NUNAN, 2003). Conforme as organizações foram aparecendo no contexto social, as publicações também cresceram, porém estas publicações científicas não focavam a homossexualidade como patologia e sim como um comportamento sexual. Surge também publicações (midiáticas) voltadas ao público homossexual. Em 1976, surge o Gente Gay, Entender, Gay Society e Mundo Gay, todas publicações não tiveram sucesso por más administrações, ocasionando o fim de todas. (NUNAN, 2003).

Porém, em 1978, paulistas e cariocas fundam o Lampião da Esquina, jornal mensal que circulava nacionalmente para o público homossexual. O Lampião abordava questões, como descreve Nunan (2003), sobre “[...] sexualidade, machismo, discriminação racial, artes e ecologia, através de notícias, entrevistas, contos, ensaios e informações sobre locais de socialização homossexual [...]” (p. 51). Infelizmente, como outras publicações do gênero, o Lampião da Esquina teve seu fim em junho de 1981, três anos após a edição experimental.

Diversos teóricos oficializam o movimento homossexual brasileiro somente após a criação do Somos, ou seja, 1978. Outros grupos ainda foram fundados na década de

1970-1980, mas também tiveram seu fim antes do ano 2000. O grupo Gay da Bahia ainda permanece em atuação, tendo como fundador o antropólogo Luiz Mott.

Um marco histórico da homossexualidade no Brasil (e no mundo) é a “chegada” da Aids ao país. O primeiro caso data de 1980, na cidade de São Paulo, porém a chegada oficial da Aids no Brasil ocorre em 1983, ocasionando mobilizações de caráter emergencial. Os grupos gays da época tinham como foco a prevenção e atendimento aos soropositivos. Nesta época, referiam-se à Aids como o “câncer gay”, “peste gay”, pois a doença ficou caracterizada por “doença homossexual”. Nunan (2003) aponta que nesse clima de apreensões (e medo), o Estado e o movimento homossexual unem esforços para combater a doença.

Esse enfrentamento da doença fez com que se formassem comunidades homossexuais com ideias diferentes. Na década de 70 e 80 retornam ao movimento, agora não para lutar por uma identidade sexual, mas, sim, por uma participação social e solidária. Trevisan (2000) expõe que:

Graça à AIDS, nunca se falou tão abertamente da homossexualidade, o que trouxe efeitos positivos para a luta pelos direitos humanos e sua necessária visibilidade social. No entanto, o movimento homossexual correu o risco e em muitos casos resultou demasiadamente atrelado à luta contra AIDS, restringindo sua ótica e seu espaço. (p. 370)

O HIV no início reforçava a visão moralista da sexualidade. Como os primeiros casos de Aids foram detectados em homossexuais, acreditou-se que o vírus fosse exclusivo de gays⁴. A Aids impunha ao indivíduo um mecanismo de culpa pela sua “sexualidade desviante”, causando pânico de portar o vírus. Esse horror era gerado também pela aparência do doente em estado terminal, os corpos cadavéricos e com manchas (como Cazuzu apareceu na TV, dias antes de vir a óbito). Medo era o sentimento de certos indivíduos com a possibilidade da Aids revelar sua homossexualidade. Trevisan (2000) traz a metáfora de que “homossexualidade pega”, pois “pegar AIDS” significa ter contato com o desvio⁵.

Como mostra Nunan (2003) “[...] a AIDS incitou uma discussão que vai além da doença em si [...], entrando em questões tais como moralidade e diferença sexual [...]” (p. 53), ou seja, a Aids possibilitou que houvesse uma educação sexual nas escolas, na igreja, na família, no Governo, na mídia, e outros. Contudo, as campanhas de saúde pública fomentaram discussões acerca das práticas e preferências sexuais.

⁴ A Aids chegou a ser chamado de Gay Related Immunodeficiency – Imunodeficiência Relacionada à Homossexuais

⁵ Mesmo com tentativas para conscientizar, visto que a Aids ficou estigmatizada como doença de gays.

Como disse Trevisan (2000), nunca se falou tanto sobre os gays como na era da Aids, o que o movimento homossexual não conseguiu em vinte anos, o vírus o fez em poucos anos.

De fato, graças à AIDS, qualquer cidadão/ã de todas as idades, nos locais mais distantes e independentemente de sua orientação sexual, pôde se informar, de maneira inédita pelo constante impacto, o que é ser homossexual, como se pratica a homossexualidade e, mais ainda, onde homossexuais se encontram. (TREVISAN, 2000, p. 463)

Apesar de a Aids não ser uma “doença homossexual” ela ainda é uma questão importante para estes indivíduos, que precisam lidar com o fato de que os mais velhos perderam amigos e companheiros/namorados, os mais jovens tem de aceitar que a prevenção contra a doença fará parte de suas vidas, o estigma e o preconceito heterossexista equivocado de que todo gay é soropositivo ainda persiste, em suma, a Aids ainda ressoa no universo gay.

O movimento homossexual ganhou força após os anos de 1990, pois a epidemia da Aids já tinha amainado, em 1993 criou-se o grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Este grupo carioca adotava a noção de identidade gay que vigorava nos movimentos homossexuais estadunidenses. Em 1995, surge a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, com sede em Curitiba. A ABGLT procura coordenar as ações dos grupos homossexuais em todo país. Também neste ano a cidade do Rio de Janeiro sediou a 17ª Conferência da ILGA – Associação Internacional de Gays e Lésbicas.

3.1 MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E EDUCAÇÃO: PARCERIAS

A educação sexual pode-se assim dizer é uma ramificação do processo de ensino-aprendizagem, onde pode-se agir num campo que após a repressão passa por um momento de avanço, possibilitando além de estudos e análises de casos, a vida plena do indivíduo, onde vive-se o prazer, e questiona-se o prazer (questiona-se sem o impor, sem o reprimir, questionamentos para uma felicidade pública).

Em estudo que aborda as produções referentes a sexualidade no Brasil, Silva & Megid Neto (2006) relatam que a primeira produção sobre sexualidade data de 1977, que foi uma dissertação de mestrado, apresentada e defendida na Unicamp. As autoras veem que a produção da pesquisa só foi possível pois, provavelmente, houve abertura política no país. As autoras ainda apresentam que no período que marca a mudança do século XX para o século XXI apenas 33 defesas sobre sexualidade e educação foram encontradas, nota-se que o maior número de estudos sobre sexualidade são encontrados

na região sudeste e sul do Brasil, representando para o estudo das mesmas 74,6%, outro dado fundamental daquela pesquisa é que “[...] 43% dos trabalhos foram defendidos em Faculdades/Institutos/Centros e/ou Departamentos de Educação” (p. 190).

Yara Sayão (1996), em texto publicado no Boletim GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual nos traz que em 1995, sob uma coordenação do MEC, teve início a elaboração dos PCN, que se iniciou após a análise da sociedade, pois detectaram questões sociais emergentes, que as disciplinas comuns não abrangiam, os PCN então em construção viriam a substituir o currículo mínimo comum então em vigor. Baseado em princípios construtivistas os PCN “valoriza o desenvolvimento de diferentes capacidades para a utilização crítica e criativa do conhecimento”. (p. 01) A dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação e a co-responsabilidade pela vida social, norteiam todos os conteúdos propostos. Para Sayão (1996), a inclusão da Orientação Sexual nos PCN representa o respaldo legal, para que se efetive os trabalhos voltados ao tema, bem como um avanço do ensino no país.

Outro ganho do movimento homossexual é a aprovação da Declaração dos Direitos Sexuais que foi aprovada durante o XV Congresso Mundial de Sexologia ocorrido em Hong Kong (China), entre 21 e 27 de agosto de 1999, na Assembléia Geral da WAS - World Association for Sexology. Segundo Martins (2010), 2.745 gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais morreram assassinados no país entre os anos de 1980 a 2006, isso decorrente da orientação sexual e/ou de sua aparência ou orientação sexual. Ainda que o número seja assustador, representa dados oficiais, ao que pode ser muito maior. Martins ainda sugere que atos de preconceito ocorridos no cotidiano são milhares de vezes maior que o número exposto, como sabemos dos inúmeros casos de *bullying* nas escolas brasileiras como também na Europa, o que demonstra que ainda em países desenvolvidos há preconceito relacionado à homossexuais, ou seja, a homofobia.

Com o advento dos movimentos sociais, principalmente em prol de LGBT também favorece ações do governo, as sociedades civis organizadas vem solicitando/reivindicando inúmeros direitos e ações que visem à garantia de liberdade do indivíduo.

Desde a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em junho de 1993, na cidade de Viena, setores do Poder Público brasileiro e entidades de defesa de direitos de minorias iniciaram um movimento de definição de ideais, medidas e metodologias a serem aplicadas em âmbito nacional. Tais resoluções buscavam um lugar de comunhão entre a política interna do país com a Declaração e Programa de Ação de Viena, consensualmente reconhecida pelo Brasil na Conferência. À elaboração de uma *Agenda Nacional de Direitos Humanos* seguiu-se, em 1996, o lançamento de um *Programa Nacional de Direitos Humanos* (PNDH I). Em 2002, a implementação do PNDH II, seguida pelo *Programa Brasil sem Homofobia*, representa um

avanço das políticas sociais, que têm como fundamento, o posicionamento do Estado brasileiro em uma perspectiva internacional. Isto não só aponta, como destaca o compromisso nacional com uma política que vise à redução do preconceito e discriminação contra minorias sexuais. (GUIMARÃES apud , MURAT & BILATE, 2010, p. 03).

Os homossexuais resistiram historicamente aos regimes de repressão e aos sistemas de poder (FOUCAULT, 1988). Inclui-se aí que a partir de 1980, alguns setores universitários e até mesmo o movimento homossexual, se opuseram ao ato de “assumir-se”, oposição ao “sair do armário”, crendo Trevisan (2000) que seria necessário primeiramente criar “artefatos de fixação de identidades” (p. 36). Assim numa ação de retrocesso político, substitui-se o “sou homossexual” por “estou homossexual”, buscou-se inclusive criar uma curiosa categoria/terminologia, a do “homoternurismo”, também nesses anos de 1980 que fixou-se uma questão, “o ‘bissexual seria um heterossexual que transa com homem ou um homossexual que transa com mulher?”. (TREVISAN, 2000, p. 40). Ocorre também que Tonatto & Sapiro (2002) relatam esta visível falta de estudos, penetrando por este meio de estudos e sua escassez, as autoras interrogam educadores, e comprovam que os profissionais de escolas vêem a necessidade de abordar as questões relativas à sexualidade no ambiente escolar, porém não têm subsídios científicos para efetuar um bom trabalho.

4 COLETIVO LEQUE: “ARROMBANDO” AS POSSIBILIDADES

O coletivo Leque surgiu no decorrer do ano de 2009, quando acadêmicos de diversos cursos, juntamente com professores da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, perceberam a necessidade de debaterem questões de gênero e sexualidade no contexto sócio-educacional universitário. A criação deste coletivo somente foi possível graças ao trabalho de alguns professores que, por meio das Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Setor Litoral, consolidaram o tema dentro da esfera acadêmica local. O Setor Litoral foi criado no dia 1º de junho de 2004, quando o Conselho Universitário da UFPR promulga a resolução nº39/04 e estabelece, no artigo 4º, que “a organização administrativa e didático-pedagógica do *Campus* do Litoral serão definidas em Regimento próprio”.

No ano de 2005, a UFPR Litoral se instala no município de Matinhos, com ideais emancipatórios, propondo em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a formação plena do indivíduo, sendo este um ser integral, responsável pelo desenvolvimento sustentável e compatível com a dignidade humana e a justiça social. Ainda neste sentido, estabelece que o acadêmico se paute na crítica, na investigação, na pró-

atividade e na ética, sendo responsável pela transformação da realidade. O diálogo é um método muito utilizado na UFPR Litoral. É dialogicamente que se constroem as propostas dos cursos, as câmaras técnicas e de curso e as Interações Culturais e Humanísticas (ICH).

É nesse contexto e a partir das discussões nas ICH que surge o Coletivo Leque. Inicialmente, em 2009, sob a mediação do Professor Jamil Cabral Sierra, ocorreram duas ICH sobre o tema gênero e sexualidade. No segundo semestre de 2009 e no primeiro semestre de 2010 realizaram-se duas atividades, como o nome de “Gênero e Sexualidade no Cinema Contemporâneo”, em que, a partir de filmes sobre o universo LGBT, se desenvolvia uma discussão sobre as questões ligadas à diversidade sexual. Os diversos filmes foram debatidos por gays, lésbicas e heterossexuais, o que pode figurar como ação inicial para, mais tarde, vermos sedimentada a criação de um coletivo LGBT na universidade. No segundo semestre de 2010, a ICH proposta foi “Gênero, Sexualidade e Poder”, que debatia as opressões de gênero, bem como as relações de poder que estruturam os dizeres e práticas da heteronormatividade. Assim como na ICH anterior, havia participantes gays, lésbicas, héteros, o que enriquecia o debate sobre o tema na universidade. Em 2011, a ICH muda novamente de nome, utilizando agora as três letras da sigla “ICH” para formar o título “bICHa - Transgressão, Gênero e Políticas Sexuais. Essa ousadia tinha como objetivo chamar a atenção dos acadêmicos e possíveis participantes para a atividade, bem como promover, de certa forma, a total saída do armário da atividade. Nesse sentido, cartazes foram espalhados pela instituição convidando as pessoas para participar da ICH, porém alguns deles foram arrancados por indivíduos que se sentiram ofendidos com a proposta do grupo. Este fato não gerou demais problemáticas, já que se fez respeitar as diversas propostas existentes de ICH. Ao término do ano de 2010, aconteceu o FICH – Festival das Interações culturais e Humanísticas, que é um evento em que acontecem as apresentações das ações feitas em todas as ICH do ano. Assim, o Coletivo Leque apresentou a **Carta Manifesto FICH 2010**, carta esta elaborada pelos participantes da ICH e que, funcionaria, como uma espécie de “carta de instauração” do Coletivo Leque, uma vez que, nesta carta, já havia uma série de elementos que marcaria as ações do grupo dali em diante. Como a maioria das pessoas que fazia parte da ICH também estava envolvida com o coletivo, a carta lida diante de todos funcionou não só como resultados das ações da ICH daquele ano, mas também como processo deflagrador para a constituição oficial do Coletivo Leque da UFPR Litoral. Nesta carta constava que após dois anos de ICH, foi possível estruturar o

coletivo, que como mencionado, tinha como objetivo a garantia de uma universidade que acolhesse LGBTs e promovesse os direitos estudantis desses alunos. Ambientando os demais, a carta diz que a sociedade sente-se incomodada com LGBT, além de disseminar pela mídia que o fato de ser homossexual mereça repulsa e até violência física⁶. Graças as ICH foi possível que os estudantes se unissem nesta causa, expandindo o Coletivo Leque para outro *campus* da instituição (em Curitiba), motivo que orgulha os membros por ser este o primeiro coletivo LGBT da UFPR nestes seus 100 anos. Apoiados em Foucault, Butler, Preciado, Sedwig, Wittig, Rich e Halbertan o coletivo conclui que

Nenhuma identidade é fixa, imutável, estável. Nenhuma sexualidade é natural, ontológica, universal. Nenhum gênero é seguro, confortável, unívoco e inequívoco. Nenhum desejo é biológico, verdadeiro, gratuito. (INFORMATIVO LEQUE, 2011, p. 8).

Após a leitura da Carta Manifesto, o palco foi ocupado por “Raika Sputnik”, que apresentou uma performance artística vestida de *drag queen*⁷ sobe ao palco para impressionar os participantes que ali estavam, recebendo aplausos e assovios, se houve vaias não foi possível ouvi-las. Após este fato, o coordenador do FICH, professor Rodrigo Mengarelli, retoma a apresentação do festival perplexo devido ao espetáculo recém acontecido, solicitando que alguém suba ao palco para consertá-lo, pois o mesmo havia sido danificado devido às peripécias da *drag queen*.

Em 2011, o Coletivo Leque elabora o “Informativo Leque”, Edição 00. Um tablóide que apresenta além da **Carta Manifesto FICH 2010**, apresenta os seguintes conteúdos: a) uma entrevista com o diretor da UFPR Litoral, professor Valdo Cavallet; b) uma reprodução de entrevista com Beatriz Preciado; c) um artigo do professor Jamil Cabral Sierra; d) outros dois artigos (um do acadêmico Jeferson Issac e outro de Josiane Medeiros); e) cinco charges do cartunista Laerte Coutinho. Passo, agora, a descrever cada um desses conteúdos.

As charges de Laerte retratam o cotidiano de **Muriel**, sua personagem que, como o autor, é transgênero. Laerte assumiu sua condição trans próximo de completar 60 anos. Nas charges disponibilizadas, o autor mostra ações diárias de uma transexual, tais como: o medo (devido à aceitabilidade de sua identidade), o preconceito (de si e de outros), o início da nova identidade assumida, a mudança do nome real para o nome

⁶ Ver mais em Neves (2011).

⁷ Peres (2009, p. 236) diz que “[...] as transgêneros são pessoas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nesta caracterização, como o fazem as travestis e as transexuais. Como exemplos destas últimas podemos elencar as/os transformistas, as drags queens, os drag kings etc.”

social, as vestimentas de uma transexual perante a sociedade heteronormativa, e as mais diversas interpretações disponíveis.

O artigo “**A lâmpada, o deputado e o kit**”, publicado originalmente no jornal Gazeta do Povo, em 19/04/2011, pelo professor da UFPR Litoral, Jamil Cabral Sierra, traz em seu bojo que a luta do movimento homossexual de 1980/90 e a luta de gênero em 1960. Sierra aponta que o kit anti-homofobia poderia vir a mudar a realidade no país em alguns anos, graças a investidas positivas dos professores, garantindo, quem sabe, uma escola livre da homofobia.

O artigo “**A fábrica de machos e a política do ânus castrado**”, de Jeferson Issac faz uma extensa crítica à heteronormatividade e suas implicações, fala em nome do Coletivo Leque das dificuldades que o grupo teve para se implantar devido ao grande preconceito que ainda há no contexto acadêmico, a ponto dos sujeitos LGBT serem vistos, como diz o autor, como “aberrações”. O autor pretende travar uma guerra contra a heterossexualidade obrigatória, convidando heterossexuais masculinos para fazer parte do bICHa!, já que não há homens héteros no grupo, o que mostra, segundo o autor, como esses “homens” não pretendem abrir mão da dominação e da ocupação política que possuem. Ele ainda vai mais longe, dizendo que, assim, os “machos” não veem o ânus como uma possibilidade de prazer, “se ‘castram’ analmente” para continuar sendo “homens”. (ISAAC, 2011, p. 2).

O Coletivo Leque entrevistou o diretor do Setor Litoral, professor Valdo Cavallet, que expôs que em sua vivência já observou a consolidação de diversos movimentos sociais, que para ele todos tem sua importância, inclusive o movimento LGBT, pois para o diretor a identidade que move o sujeito. (CAVELLET, 2011, p. 4-6). O professor ainda diz que ele, como sujeito heterossexual, pode auxiliar na emancipação LGBT desde que o indivíduo dialogue com outros e não aceite a posição que ele coloca (como sujeito heterossexual), pois assim como o movimento LGBT a construção de si é histórica, como não deixa de ser histórica a construção do Coletivo Leque, que com o apoio de professores tiveram o cuidado de estruturar um dialogo educacional. Cavallet diz na entrevista que é a favor de qualquer lei que criminalize as discriminações, incluindo aí o PLC 122/2006. Ele aponta que a homofobia começa com agressões verbais indo até à violência física. E neste ato o professor mostra que a criminalização é útil, pois ainda quando criança a educação pode mostrar-se eficiente, porém no sujeito adulto a mesma pode não ser uma ação exclusiva.

A repercussão deste informativo ocorre não apenas nas dependências da UFPR Litoral, e no *campus* Curitiba. A tiragem de mil exemplares, financiada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR, possibilitou a distribuição gratuita do mesmo em diversos espaços, como na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, e levados espontaneamente por alguns acadêmicos aos mais variados espaços sociais e institucionais.

Faço notar um pequeno conflito gerado pelo susto com o e-mail de contato do informativo: arrobameucu@hotmail.com. Esta forma de contato ofendeu alguns leitores que pensam que o Coletivo Leque foi longe demais ao utilizar tais termos de “baixo calão”. Em conversa com membros do coletivo, pode-se ter a noção que este e-mail era proposital, para que gerasse discussão e causasse impacto, num gesto de provocação política. As páginas expõem uma tonalidade rosa na parte superior e inferior do informativo, remetendo assim à feminilidade do Coletivo, sendo utilizado pouca cor azul. Pois, desta forma, se tem a noção de que a cor azul remete à masculinidade e, conseqüentemente, à heteronormatividade.

Após este informativo, como resultado da ICH do primeiro semestre de 2011, o Coletivo Leque realizou o 1º ERUDS – Encontro Regional Universitário da Diversidade Sexual (Região Sul), que esteve sob a organização dos membros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se vislumbrar que o Coletivo Leque se diferencia, sob esta perspectiva, que devido a sua composição, extrema maioria homossexuais assumidos e politizados, pelo alto nível de escolarização, mais que pela caracterização de classe média. Tornam a identidade reivindicada em uma identidade aceita socialmente.

O Coletivo Leque faz com que a homossexualidade seja parte dos “direitos humanos”, relacionando o preconceito à LGBT como sendo um problema social. Defendem a homossexualidade como uma característica que os unem, não sendo superiores, porém também não aceitam ser inferiorizados. Ou seja, os sujeitos do coletivo têm em comum o fato de serem homossexuais, e portanto firmam laços de amizade a partir deste pressuposto. E ainda, eles não são melhores que os heterossexuais, mas também não são piores. Requerem direitos, pois também enquadram-se no perfil de cidadãos, sendo iguais perante as legislações vigentes. Eles não são pessoa jurídica, nem tem vínculos institucionais com a UFPR, mas sim são

formados por alunos e docentes da mesma, dando assim uma identidade institucional ao coletivo.

Esse entendimento que os membros tem sobre si mesmos e sobre a diversidade sexual e suas teorias, conferem à eles a idéia da defesa da homossexualidade pública.

Entre os partícipes do Coletivo Leque, há uma divisão invisível entre os que executam as partes burocráticas da organização enquanto outros fazem as defesas teóricas da homossexualidade em ações externas. Ainda assim, caracterizam-se por uma instituição de caráter reivindicatório. Anjos (2000) utiliza do conceito do que ela denomina de “capital cultural”, que nada mais é do que uma fluidez sobre saberes, como ciências sociais, de gênero, sexualidade, e outros entre os membros do Coletivo. Assim este alto capital cultural, aliado ao capital social faz com que o Coletivo Leque enfrente a sociedade heteronormativa em prol da cidadania LGBT e trave uma luta contra as estigmatizações. As ações do Coletivo Leque modificaram a visão dos homossexuais perante a visão dos heterossexuais da instituição. Foi graças ao FICH 2010, à participação no 7º e 8º ENUDES, às idas dos membros às Paradas Gays e demais eventos ligados as causas LGBT, a confecção do informativo, todo esse conjunto de ações fez com que a UFPR Litoral saísse definitivamente do armário.

O Coletivo Leque começa a escrever uma história que promete ser de sucesso para o grupo e seus membros que estarão preparados/as para as diversidades da vida, sendo também local para fortalecer as redes de contato e desenvolver-se nos âmbitos LGBT.

6 REFERÊNCIAS

- ANJOS, Gabriele. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p. 222-252.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALLET, Valdo. Entrevista com Valdo Cavallet, diretor da UFPR, Setor Litoral. In **INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral** Matinhos: S/Ed., Edição 00, 2011. 8 páginas.
- DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. In: **Pro-Posições**, v.19, n.2 (56) – maio/agosto 2008. p. 99-109.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX**. São Paulo: UNESP, 1999.
- GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral. Matinhos: S/Ed., Edição 00, jun/2011. 8 páginas.

ISSAC, Jeferson. Afábrica de machos e a política do ânus castrado. In **INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral** Matinhos: S/Ed., Edição 00, 2011. 8 páginas.

KAMEL, Luciana. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber.** Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias e sexualidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, 9(2): 541-553, 2001.

MARTINS, Marcio Andre Conde. Políticas públicas contra a homofobia. In: Encontro Nacional Universitário De Diversidade Sexual, 8, 2010, Campinas. **Anais: Caderno de Resumos: Assimilação x transformação.** Campinas, 2010.

MURAT, André; BILATE, Lucas Ferreira. Notas sobre a cidadania LGBT e a religião na baixada fluminense. In: Encontro Nacional Universitário De Diversidade Sexual, 8, 2010, Campinas. **Anais: Caderno de Resumos: Assimilação x Transformação.** Campinas, 2010.

NEVES, Christopher Smith Bignardi. **O contexto social de LGBT's: implicações na gestão escolar.** (Monografia) 41f. Pós-Graduação em Gestão Escolar. Instituto Superior do Litoral do Paraná, Paranaguá: 2011.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo.** Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

PERES, Willian S. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Dinis (Org.) **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC-SECAD, UNESCO, 2009.

SAYÃO, Yara. A Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: **BOLETIM GTPOS**, 8, 1996, São Paulo. p. 01-02.

SIERRA, Jamil Cabral. Homossexuais, Insubmissos e Alteridades em Transe: Representações da Homocultura na Mídia e a Diferença no Jogo dos Dispositivos Contemporâneos de Normalização. 131f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá: 2004.

_____. A lâmpada, o deputado e o kit. . In **INFORMATIVO LEQUE: Coletivo Leque LGBT da UFPR Litoral** Matinhos: S/Ed., Edição 00, 2011. 8 páginas.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. In: **Ciência E Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006

TONATTO, Suzinara; SAPIRO, Clary Milnitsky. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. In: **Psicologia & Sociedade**; 14 (2): 163-175; jul./dez.2002

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 3ª ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, SETOR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico.** Disponível em <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPP%20-%20UFPR%20-%20LITORAL.pdf> Matinhos: Setembro/2008

VALLANDRO, Leonel. **Dicionário inglês-português, português-inglês.** 26ª Ed. São Paulo: Globo, 2002.